

EMILIA PIETRAFESA DE GODOI
MARILDA APARECIDA DE MENEZES
ROSA ACEVEDO MARIN
(Orgs.)

Diversidade do campesinato: expressões e categorias

Construções identitárias e
sociabilidades

volume 1



9

QUILOMBOLAS NA ILHA DE MARAJÓ: TERRITÓRIO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

INTRODUÇÃO

Estudar a sociedade da ilha de Marajó significa reconhecer, em sua formação histórica e no presente, a existência de indígenas e negros como os grupos étnicos mais importantes. No entanto, esses têm sido invisibilizados por narrativas centradas numa figura prototípica em uma região de pecuária, de reduzida ocupação humana. Salles (1971, p.124) observa criticamente esse “modelo” de sociedade colonial, caracterizado por população escassa, com dominância do “tipo humano do vaqueiro”. Ao questionar esse modelo, aponta a diversidade tanto ecológica como social e econômica da ilha, dividida em duas grandes regiões: a do criatório e a da economia extrativista. A diversidade social, menos relevada nesse estudo, é representada por grupos – ocupando territórios etnicamente configurados – que emergem com força no tempo presente, como os quilombolas.

Ao analisar a sociedade gerada em torno das fazendas de gado, sustentadas na instituição da escravidão, Salles (ibidem) afirma que o negro constituía a maior parcela da população na ilha, apoiando-se nos trabalhos escritos por José Veríssimo e frei Caetano Brandão. Este observou, no século XVIII, grande número de escravos negros encontrados nas fazendas dos carmelitas e dos mercedários. Verificando as estatísticas citadas por Baena do ano 1832, para a Comarca de Marajó calculava-se em 10.689 o número de “moradores livres”,¹ enquanto o total dos escravos chegava a 2.040 (Baena,

¹ O censo menciona “moradores livres” produzindo uma categoria majoritária, que não pode ser confundida com os 367 identificados como brancos em 1822. Estes livres não identificados constituem uma incógnita, sem estar claro o critério de sua diferenciação.

1839, 2004, p.284). As freguesias de Cachoeira, Muaná, Chaves, Monsarás e Soure tinham a maior quantidade de escravos.

Estudo histórico recente escrito por Gomes (2005) incorpora farta documentação sobre os quilombos formados na ilha de Marajó. Os movimentos de fugitivos e a organização de quilombos são descritas para os séculos XVIII e XIX. O historiador argumenta que “para além dos saques, razias e roubos de gado, os quilombos tentavam constituir uma base econômica com pequena agricultura, visando sua subsistência e trocas mercantis” (Gomes, 2005, p.53). As fazendas e engenhos dos séculos XVIII-XIX se valeram do trabalho de indígenas e de escravos africanos e foi nas fimbrias das fazendas que se formaram as comunidades de fugitivos na ilha de Marajó.

Na presente década, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento enfocam os grupos negros na ilha e estabelecem uma relação entre os modos de existência social e cultural dos que se identificam como quilombolas com antigas formas de territorialização de escravos fugitivos, de indígenas e de trabalhadores livres (Acevedo, 2005; 2006; 2007; Nogueira, 2005). O novo é a identidade coletiva de quilombola assumida pelo grupo, as formas de organização política para reivindicar direitos territoriais e étnicos (Acevedo, 2005).

Neste artigo se elabora uma síntese das experiências sociais dos quilombolas na ilha de Marajó e para isso são sistematizadas interpretações feitas com base em estudos etno-históricos no município de Salvaterra. Situam-se aqui argumentos a propósito do que significa ser quilombola e sobre a orientação das ações políticas de agentes do movimento social que demandam há pelo menos sete anos a titulação coletiva do território quilombola no município de Salvaterra. Dificilmente essa realidade social e política protagonizada pelos quilombolas poderá ser negada.

ÍNDIOS E NEGROS NA ILHA DE MARAJÓ

A ilha de Joannes, ou Marajó, foi ocupada por grupos indígenas que aperfeiçoaram artefatos de cerâmica pelo menos em 3.400 a.C. (Meggers; Danon, 1988), atingindo alta densidade populacional antes do contato com os europeus (Roosevelt, 1992). Nheengaíba² e Aruã distribuíram-se na ilha; os primeiros ocupavam as florestas, as margens de rios e o centro da ilha de Marajó e alguns pontos do litoral; os Aruã, em processo de expansão à época do contato com os europeus, dominavam na costa norte e ocidental da ilha, provenientes das ilhas Caviana e Mexiana (Lopes, 2006). As formas de existência social e cultural desses grupos foram destruídas com a chegada de colonizadores e missionários.

² Nheengaíba foi uma denominação atribuída a diversos grupos indígenas que habitavam a ilha de Joannes.

Martins (2006) destaca a singularidade do projeto de missões no estado do Grão-Pará e apresenta com destaque a missão dos jesuítas na ilha de Joannes. O padre Vieira, superior das Missões, ordenou aos padres Souto Maior e Salvador Vale para instalar a aldeia Nheengaíba ou Ingaíba, reunindo as nações Sacaca, Aruã, Mapuá, Mamianá, Pauxis e Boca. De uma fase de “boa amizade” desses grupos com os “portugueses” derivou uma relação de conflitos. Para defender-se da escravização, captura e “mau tratamento” por parte dos “portugueses”, os Nheengaíba utilizaram uma estratégia de desmembramento e divisão das povoações pelo território a grandes distâncias, além de privilegiarem em suas trocas de tabaco e pescado os comerciantes holandeses; assim, Martins interpreta que a missão entre os Nheengaíba teve duplo “sentido de estabelecer a paz, mas com a eminência de uma guerra declarada” (2006, p.71-2). Em 1655, quando o governador declarou a “guerra defensiva” contra essa nação, advogava o direito de “livrar o Estado de qualquer inimigo”. Como resultado, diversas nações indígenas foram “legitimamente” escravizadas e descidas³ sem existir condições para estabelecer a paz entre “portugueses” e Nheengaíba. Os missionários e os efetivos militares utilizaram a estratégia de nomear um principal Nheengaíba para o convencimento das outras nações da promessa de paz e amizade e as vantagens de sua vassalagem ao rei português. A questão da pacificação foi enfrentada dando as cartas para a Ordem dos franciscanos, que tinha experiência com os Aruã; estes estabeleceram suas aldeias missionárias na ilha durante os treze anos (1666-1679) em que vigorou o primeiro decreto de expulsão dos jesuítas (Lopes, 2006, p.27-8).

Nesse novo momento missionário na ilha de Joannes, os jesuítas⁴ na ilha se tornariam a ordem “mais pujante” (Vianna, 1904), pois competia a eles a administração temporal e espiritual dos indígenas, reduzindo o poder dos franciscanos, mercedários e carmelitas (Lopes, 2006, p.28). O pequeno número de missionários de São Inácio de Loyola e a pressão das

³ Tropas de resgate, descimentos foram mecanismos de fornecimento de mão-de-obra indígena para os aldeamentos, de caráter diferente. Segundo Ravena (1999), as tropas de resgate se guiavam por um roteiro e os índios se tornavam escravos dos que patrocinavam a expedição – colonos, Estado e missionários. No descimento se realiza a troca. “A obtenção de trabalhadores índios significava, num primeiro momento, a troca de determinados gêneros (principalmente objetos de metal) entre leigos... e lideranças indígenas que se deslocavam juntamente com as populações para as áreas onde seria estabelecida uma infra-estrutura mínima para o escoamento dos produtos oriundos da extração das drogas do sertão ou para aumentar a população de uma vila já estabelecida.” Ravena elabora outras considerações sobre o caráter político distinto entre o descimento e o resgate. O primeiro era destinado ao estabelecimento de uma vila ou aumento da população de um antigo aldeamento missionário para desenvolver atividade de coleta, assim como era regulado e custeado pelo Estado. No período pombalino, o resgate era atividade de iniciativa particular, marcada pela captura violenta (RAVENA, 1999, p.79-80).

⁴ Os jesuítas foram expulsos pela primeira vez em 1666 e retornaram em 1679 ao estado do Grão-Pará.

outras ordens fizeram que, em 1693, fossem repartidas as missões. Por esse ato, os padres de Santo Antonio passaram a administrar a área leste do Marajó. Lopes (2006) interpreta que a administração das missões religiosas de franciscanos de Santo Antonio e da Conceição conduziu a um período de desenvolvimento das missões do Leste e da Piedade em Gurupá. Os indígenas eram repartidos como mão-de-obra na agricultura, no extrativismo e nos pesqueiros reais de Joannes e Soure e em outros trabalhos de manutenção interna das missões. Diversos documentos indicam que Mondim, próximo de Soure, Villar, nas cercanias de Ponta de Pedras, e Rebordello, na ilha Caviana eram povoados exclusivamente indígenas (Baena, [1839] 2004).

As unidades da “indústria pastoril” missionária contavam com milhares de cabeças de gado vacum e cavalar. Os jesuítas desenvolveram a atividade agrícola e pastoril na região dominada pelo lago Arari e ali concentraram grande número de escravos. Vianna (1904) complementa o Catálogo de Sesmarias, publicado no III volume dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, com a relação dos “Contemplados” com as fazendas de Marajó, em atenção ao aviso de 2 de agosto de 1758, do marquês de Pombal, que assina o decreto de expulsão dos jesuítas e seqüestra os 22 “quinhões” da ordem “sob o pretexto de não possuírem título legal de posse”. Por ordem de dom José I, pela carta régia de 18 de junho de 1760, estas foram distribuídas entre os

oficiais militares e pessoas casadas vindos do reino e estabelecidas no Pará, pelas pessoas distintas, também casadas, residentes no Estado que não possuísem bens de raiz competentes, excluídos os que tivessem terras próprias sem benfeitorias e as que não mostrassem capacidade para a cultura. Coube ao governador Manoel Bernardo de Mello e Castro reunir a junta governativa em casa do bispo, para distribuir o patrimônio dos fazendeiros jesuítas. (Vianna, 1904, p.155)

De acordo com estatísticas do Pará colonial, em torno de 1822, na ilha, os escravos (2040) eram 5,5% mais numerosos que os brancos (p.367). Os escravos representavam 16% do total da população (Acevedo Marin, 1985, p.138).

Outro dado sobre o poder econômico de mercedários, jesuítas e carmelitas é sobre o tamanho do rebanho. Segundo Ferreira Penna, os frades das Mercês detinham 80 mil reses, a Companhia de Jesus, 60 mil, e os carmelitas, 18 mil. Esses números seriam subestimados e somente a Companhia de Jesus possuía 134.465 cabeças (Vianna, 1904, p.159). Com a expansão pecuária, aumentou o desmatamento, alargando a região de campos e, em consequência, provocando a redução da diversidade ambiental (fauna e flora) nos lugares onde existiram as aldeias de Joannes, Monsarás, Condeixa, Soure, Salvaterra e Gurupá (Lopes, 2006). As terras da ilha de Gurupá,

ricas em cacau (nativo), estavam francas para os “moradores” que colhiam esse fruto na condição de pagarem o imposto conhecido como “oitava do cacau”.⁵

Desde a primeira metade do século XVIII foram introduzidos escravos para o trabalho na agricultura, preponderantemente nos primeiros anos da colonização. O cacau era cultivado nas terras inundáveis, assim como arroz, milho, algodão, café, mandioca e cana-de-açúcar. O dinamismo das plantações de cana favoreceu o estabelecimento de alguns engenhos. A ilha tornou-se um dos centros da produção canavieira do estado do Grão-Pará e Maranhão. Mas foi a pecuária que se impôs como atividade típica. O governador Francisco de Souza Coutinho decretou que se devia dar maior importância aos pecuaristas do que aos produtores de algodão e de arroz. A pecuária ficou concentrada, adotando a forma extensiva.

Nos engenhos e fazendas ocorriam fugas coletivas e aumento dos mocambos. A concessão de sesmarias elevou-se a 32 entre 1750 e 1780 e a treze entre 1781 e 1800, mais dezesseis que se somaram até 1822. Segundo Baena, havia 226 fazendas em 1803. Nos campos onde ocorreu a concentração dessas unidades contavam-se 92, ao passo que na costa setentrional somavam 56 fazendas em 1825, o que indicava a decadência da pecuária no Marajó.

Mocambos formados por índios e negros distribuíram-se em todos os quadrantes da ilha. Os mocambos de negros foram registrados em Joannes, Soure, Chaves, Caviana, Mexiana, Maguari, Melgaço, Cachoeira, rio Prúucuba, Ariri e Muaná (Gomes, 2005, p.50-81). Já os índios de Soure seguiam os “caminhos do Arauari, a donde se acham grandes mocambos”. Na vila de Monsarás noticiava-se a existência de fugitivos, ao passo que nos “matos de Ponta de Pedra encontravam-se quarenta pessoas amocambadas”. O mulato Narcizo, escravo dos padres da Companhia de Jesus, era acusado de dirigir “um mocambo de índios, mulatos e criminosos” (ibidem, p. 67). Duas escoltas seguiram pelos rios “Anaveju, Tauhá, Atujá e outra pela foz do rio Atujá, por todas aquelas ilhas adjacentes, Muaná, Prúucuba” para impedir as ações de “índios, pretos e desertores”. Esses ajuntamentos preocupavam sobremaneira as autoridades e os fazendeiros.

O arquipélago de Marajó foi, em boa parte, ocupado por “fazendas” no fim do século XVIII e início do XIX, o que significou que indígenas e ex-escravos, homens livres, ficariam “sem terra” e essa restrição seria o mecanismo que, em alguns casos, os tornaria dependentes e submissos dos fazendeiros. Esses trabalhadores dispersaram-se nos sítios que se formaram às margens das fazendas ou em terras mais longínquas, com grau de dependência variável do fazendeiro, do patrão.

⁵ Bando de 31 de janeiro de 1754, assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ABEP, 1904, p.91).

A atividade econômica das fazendas foi instável, com fases em que ficaram reduzidas ou abandonadas, com os fazendeiros estabelecendo residência em Belém. As fases de “crise” da pecuária extensiva estiveram relacionadas às contestações políticas, como as ocorridas durante as lutas da Independência (Soares, 2006) e a Cabanagem. Quilombolas, indígenas e mestiços conseguiram ocupar as chamadas “sobras de terra”, fazendas e sítios abandonados. Outros as receberam em doação ou as compraram.

Baena aponta cinco “causas específicas” para a falência da criação do gado na ilha: 1) as onças, que preiam o que podem; 2) os atoleiros, que sorvem as reses; 3) a falta de aplicação de medicamentos ao gado; 4) os salteadores, que fazem excursões para rapinar e gado e preparar couro. A quinta causa crítica asperamente os agentes econômicos:

os fazendeiros, uns que banqueteiavam com manjares de quantas reses podem agadarnhar, ou que chacinam para vender, submergindo nos rios a cabeça e o couro para ofuscar a veracidade do latrocínio, o qual sem essa submersão ou outro qualquer sumiço seria logo reconhecido pela simples inspeção ocular da marca estampada, que é o índice demonstrativo do dono; *outros* que são assíduos na fabricação de carnes secas, couros vacarias e de boi, lançando os escravos por aqueles campos para matarem os touros e todas as mais reses, quando deveriam mandar fazer esta chacina nos touros amontoados e difíceis de ferra; e *outros*, que freqüentemente extinguem as novilhas bienais, chamadas aralhas para seu regalado repasto, e que vendem novilhos denominados garrotes por não terem bois em número que contente as grandes e reiteradas vendas que o seu interesse desmesurado traça efetuar. Um tão extraordinário bovicídio desfalcou as fazendas de tal sorte que a máxima parte das que existem só apresenta armentinhos. (Baena (1839), 2004, p.275)

Baena descreve a “roça São Macário”, no século XVIII, “aderente” à fazenda São Lourenço ou Paracauari que pertenceu aos padres mercedários e, no ano de 1794, foi-lhes seqüestrada. Essa informação é um elo importante dos povoados negros de Salvaterra, pois nas terras dessa ordem surgem as terras de Santa Mercês ocupadas pelos “pretos velhos” de Bacabal, do Bairro Alto. Miguel Antonio Sapucaia, nascido em Joannes, “serviu a dom Pedro I que lhe deu em troca um terreno no Bom Jardim”. O fato foi narrado por sua neta, Marcionila Gonçalves dos Santos, de oitenta anos, que vive no Bairro Alto. Na ilha de Marajó existem essas famílias, descendentes dos antigos mordomos régios. Em 1914, o alferes Luiz Antonio de Sousa fez doação a seus herdeiros de uma sorte de terras conhecida por Nossa Senhora de Natividade, ou Boi Gordo, e que recebeu a denominação de Deus me Ajude.

TERRITÓRIO QUILOMBOLA NA REGIÃO DE CAMPOS

No presente, descendentes de índios e negros desenvolvem estratégias de vida como roceiros, extratores e pescadores, lutando por permanecer em

territórios ocupados centenariamente. Em Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Gurupá, Muaná, Afuá e Chaves, essas situações sociais e políticas estão em evidência. Nesses municípios, os povoados negros revelam origens diferenciadas, assim como uma diversidade de formas de acesso à terra, o que compreende ocupações, doações, posses registradas, compras e heranças. A transmissão desse patrimônio para as gerações atuais organizou as bases de um regime de usufruto das ilhas de vegetação, campinas, campos, várzeas, varja, igapós, igarapés, lagos e rios, enraizado nos sistemas de herança (Acevedo; Nogueira, 2007). Garantir esses domínios é a luta principal desses grupos, em face do avanço das fazendas com suas cercas elétricas, do movimento dos especuladores urbanos e da indústria do turismo, que pressionam e tecem ameaças sobre o território.

Quilombolas de Salvaterra produziram um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à existência de condições limitantes à sua existência, aos modos de produzir e de organizar a vida social. As cercas construídas pelos fazendeiros, cujo primeiro significado é de identificação e de relação com um “dono, proprietário”, privatizam os recursos (igarapés, lagos) e estabelecem impedimento, coerção, restrição de deslocamentos, de gozo da liberdade de movimentar-se livremente no território. Assim, quando se estudam as mudanças nas comunidades quilombolas, provocadas pelo cercamento, surgem perguntas: quais os momentos e as condições em que ocorreu sua construção? Quais têm sido as reações do grupo? Que limitações criam as cercas no modo de existência em comunidade? Essa categoria é compreendida teoricamente transcendendo a um grupo de moradia, compreendendo relações sociais com a vizinhança, situação comum de interesses, identidade e formas de ação comum que podem ser lidas como “relações comunitárias étnicas” (Almeida, 2006, p.18).

Na Audiência Pública⁶ realizada em Salvaterra, em 10 de maio de 2005, a senhora Tereza Santos do Nascimento⁷ tomou a palavra para posicionar-se a respeito da existência social da comunidade sob o regime da cerca:

Eu sou filha natural de Bacabal. Que dificuldades encontramos? Em Bacabal temos 44 anos prisioneiros dentro de um curral. Nossa comunidade tem dificuldade. Isso ocorreu quando venderam o terreno de São Macário. Eu sou negra. Eu tenho orgulho de ser negra. Eu sou quilombola de sangue verdadeiro. E nós sofremos com essa decadência porque não temos terra, precisamos de terra para o plantio. As mães se deslocam para outros lugares para fazer roça. Precisamos uma libertação. E eu falo com razão. No fundo de minha casa ali sofri uma “bonita” queda com paneiro de farinha na cabeça, foi ali onde está a cerca. E eu passei algum tempo fora, e quando

⁶ Na citada Audiência Pública reuniram-se aproximadamente duzentas pessoas e a mesa era presidida por autoridades da esfera federal, estadual e municipal. A convocação foi feita pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP).

⁷ Tereza Santos do Nascimento é professora e parteira, nasceu em Bacabal e reside no povoado.

chego lá tem agora a porteira, e, agora, tem uma escada. Não é só isso. A fazendeira foi lá, levou polícia e foi quando a comunidade foi jurada de receber uma cerca elétrica. Quando esse pessoal chegou lá, já nós estávamos há muito tempo lá. São 44 anos de cerca.

No discurso é possível destacar a temporalidade e a processualidade das mudanças. Ela aponta que há 44 anos o grupo de famílias ficou prisioneiro “dentro de um curral”, e nesse sentido representa o tempo do cercamento. As terras estão cercadas em Bacabal, o que também ocorre em Paixão, Deus Ajude, Bairro Alto. Esse é o início da “decadência”, pois as famílias não têm lugar para abrir roças. Esse depoimento enuncia a dificuldade da reprodução social por essa falta e a necessidade de deslocamento em busca de terras de cultivo. Atualiza, ainda, o confronto, pois se não bastasse a cerca antiga e a porteira, a fazendeira, acompanhada pela polícia, ameaçou as famílias da comunidade de colocar uma “cerca elétrica”. Dessa forma, o conflito é reforçado por um ato de uma escala de maior violência.

Em Bacabal, a cerca da fazenda São Macário circunda o povoado e obriga os que moram dentro a reinventar a vida, sem liberdade, sem terras e sob ameaça permanente. As cercas construídas pela fazendeira são a prova de uma série de atos autoritários. Cada trecho cercado fecha o espaço do povoado, que fica encolhido e sem liberdade.⁸

Algumas administrações têm sido coadjuvantes por aprovar e consentir decisões e ações dos que consideram ter direitos de proibir a circulação, de fechar povoados e fluxos de águas, de impedir a construção de casas. Esses trechos dos territórios de comunidades, separados pelas fazendas, levam a pensar que está em prática uma estratégia para romper uma unidade preexistente, baseada no processo de construção histórica e social de um território e sistemas de uso comum.

Essa ação teve início com a compra de benfeitorias de antigos moradores, a expansão dos domínios com base em documentos forjados, a destruição de casas, escolas, roças; as ameaças às pessoas, a construção de cercas, justificadas pelo movimento incontrolável do gado. Esses atos convergem para a fragmentação e a privatização do território e têm como corolário a expansão das fazendas, o que produz o controle, a imobilização dos trabalhadores, mas também a procura de alternativas individuais e familiares, como ocorre com a saída de algumas pessoas de seus povoados para viver nas cidades. Os familiares na cidade mantêm laços de reciprocidade que se materializam no envio de dinheiro, roupa, medicamentos. Na direção povoado-cidade, com a remessa de frutas, farinha, açaí.

⁸ Estudo realizado por Almeida e Sprandel (2003), analisa o processo de fechamento no município de Santa Cruz do Arari, realizado no bairro do Jenipapo, próximo ao lago Arari, fechado pelas fazendas.

O primeiro Encontro de Mulheres Quilombolas do Estado do Pará se realizou em Bacabal,⁹ em 2002, e constituiu um fato político para as mulheres participantes. Elas receberam representações das comunidades do território quilombola de Salvaterra e de fora da ilha. Esse tempo dos “primeiros encontros” foi o momento de emergência da identidade coletiva – de quilombola, do “ser negra”. Teresa Santos do Nascimento relata, pausadamente, e interpreta o ato de contar e como o grupo se interrogou sobre sua história:

não conhecia a gente bem... e cada um começou a contar e através da conversa foi surgindo a história. Cada um conta uma historia. As pessoas eram capazes de contar.

Ninguém sabia que era quilombola. A gente começou a falar que era nossa identidade. Logo, em Babacal ... só brega, só isso dizem. Eu sou negra e tenho o maior orgulho dessa terra.

Mediante falas múltiplas, o grupo estabelece uma relação com diversos fatos históricos, como a necessidade expressa de identidade e pertencimento no plano comunitário. Se as narrativas buscam no passado as terras de santa, dos pretos velhos, esse trajeto é feito a fim de fundamentar direitos no presente. Por meio de memórias coletivas dos “antigos”, mais ou menos difusas, a entrevistada retoma os fatos:

Contam meu pai, meu marido e meus sogros que os antigos ... que teve uma história longa ... quando tinha os escravos ... Nossa terra lá, onde eles estavam foram invadidas. As pessoas que perseguiram os escravos que iam atacá-los. Eles correram e foram ficando.

Foi na época de Nação. Existe um poço antigo que é o poço Nação. Existe para atrás da capela na Central. Poço da Nação eram coisas antigas. No tempo que tratavam gritando de: “Preto” ! “Sim, Meu Senhor”.

Bacabal, definido por seus ocupantes como sítio e, mais recentemente, povoado, tem “pelo menos duzentos anos de idade”, afirma o sr. Francisco Dias que, com seus 78 anos, reconstrói a memória da ocupação e identifica o território que está na origem. Ato que simultaneamente aciona as moti-

⁹ O I Encontro de Mulheres Negras Quilombolas foi promovido pelo Centro de Defesa e Estudos do Negro no Pará (Cedenpa). Uma militante dessa ONG, em entrevista realizada em Bacabal, no dia 15 de julho de 2003, relatou o início dos contatos em Salvaterra e a materialização do projeto do Encontro de Mulheres Negras, quando fez o pedido junto à Presidente do Cedenpa, para “não esquecer de colocar as de Salvaterra”. A professora Teresa Santos do Nascimento foi a primeira contatada. A agenda do encontro incluía, prioritariamente, relações raciais, discriminação do negro, direitos, relações de gênero, saúde, questões de terra e luta pela titulação, economia, renda, organização e mobilização política. Esse temário foi seguido durante o II Encontro, realizado em Deus Ajude. No decorrer desta pesquisa se observou que os grupos ampliam e aceleram o controle de sua identidade social e de estratégia política durante estas mobilizações e discussões, como mostraram os três Encontros de Mulheres Negras quilombolas, realizados em Bacabal (2002), Deus Ajude (2003) e Mangueira (2004), no município de Salvaterra.

vações coletivas para sua defesa diante das situações de conflito aberto e de usurpação que têm experimentado.

A formação original de Bacabal responde por uma noção nativa de “terra de Santa”, que representa um domínio reconhecido para uma área fora do controle de grandes proprietários, pois essa era a “terra de Nossa Senhora das Mercês”. O sr. Francisco Dias narra, ao ser indagado sobre a origem e quem era “dono” dessa terra, que:

Muito antes essa terra era dos negros, dos pretos velhos. A Santa que era dona de todo isto, de todo São Macário era Nossa Senhora das Mercês. Era a classe negra que era dona. (Entrevista do sr. Francisco Dias, em janeiro de 2005.)

“Terras de santa” e também “terras de santo” constituem modalidades do sistema de uso comum. Almeida expõe que esses sistemas de ocupação estão

fundados historicamente no processo de desagregação e decadência de plantations algodoeiras e de cana-de-açúcar. Representam formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida).

... consistiu no afrouxamento dos mecanismos repressores da força de trabalho e na formação de um campesinato, congregando segmentos de trabalhadores rurais que viviam escravizados ou imobilizados naquelas unidades produtivas. (Almeida, 1989, p.171-2)

Os sistemas de uso comum representam soluções elaboradas historicamente. Nesse sistema o controle da terra e dos recursos não é exercido de forma livre e individualmente por um grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Para Almeida, tal controle é feito mediante “normas específicas instituídas para além do código legal vigente”. As normas são acatadas de maneira consensual “nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social”. Esses sistemas têm sido incorporados nas estratégias de organização social e de sobrevivência de grupos camponeses, por meio dos quais se asseguram

...o acesso à terra, notadamente em situações de conflito aberto. Para tanto foram sendo erigidas normas de caráter consensual e consoantes crenças mágicas e religiosas, mecanismos rituais e reciprocidades econômicas positivas. A sua aceitação como legítimas não pressupõe qualquer tipo de imposição. Não constituem, portanto, resultado de injunções pelo uso da força, da persuasão política, religiosa ou do saber. (Almeida, 1989, p.168)

Essas formas organizativas seguem os ditames de uma cooperação ampliada e de formas de uso comum da terra e dos recursos hídricos e

florestais. Acrescenta o autor que esse “campesinato não procedeu a uma divisão das terras em parcelas individuais”. A categoria “terra de santo”, conforme Almeida, refere-se à “desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja”. O Maranhão do século XIX é considerado exemplo desse processo histórico. Com a desorganização das fazendas de algodão, imensas extensões exploradas por ordens religiosas (jesuítas e, depois, carmelitas, mercedários) foram abandonadas ou entregues a moradores, agregados e índios e submetidos a uma condição de acamponesamento, que ali já cultivavam. É nesses domínios em que passam a prevalecer as formas de uso comum, como expõe Almeida, ainda que seu controle tenha sido transferido das autoridades eclesiásticas para a administração do estado, o que ocorre no fim do século XIX. Essa continuidade tem significado para a identificação com o santo e a relação com os limites do território. Almeida escreve:

Consoante o santo padroeiro destas fazendas, foram sendo adotadas denominações próprias, que recobriam seus limites e lhe conferiam unidade territorial. Assim, têm-se as terras de Santa Tereza, de Santana e de São Raimundo.

Nas chamadas terras de santo, as formas de uso comum coexistem, no nível da imaginação dos moradores, com uma legitimação jurídica de fato desses domínios, onde o santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional, expõe o autor.

A categoria chamada de “terras de preto” compreende, segundo Almeida, “domínios doados, entregues ou adquiridos com ou sem formalização jurídicas por famílias de ex-escravos” (ibidem, p.1). Também contempla concessões feitas pelo estado a essas famílias, por serviços guerreiros. Como terras de santo, o grupo não procedeu à partilha. As terras de preto recebem como designação secundária denominações de entidades religiosas.¹⁰

As famílias mais antigas de Bacabal são nomeadas pela professoras Tereza Santos do Nascimento:

Tinha outras famílias. Raimundo Leal era sobrinho do meu pai. Mauricio, esse era meu sogro. Manoel Gonçalves, Romualdo Jesus dos Santos seu irmão era Justo Jesus dos Santos, a irmã era a Virgília dos Santos.

Outra era a família Abelardo Leal ele era sobrinho do meu pai. Tinha o João Leal, Abelardo Filho, Abelardo Leal, Abelardo Angelim Leal, Antonio Angelim Leal, Ademir Angelim, Maria das Graças Angelim Leal. Tinha a família de Raimunda

¹⁰ Almeida destaca outro elemento da organização social destas unidades sociais, nela os denominados *encarregados* ou lideranças do grupo teriam funções vinculadas ao ciclo de festas e ao cerimonial religioso. Eles são designados para administrar os bens do santo, arrecadando um pagamento simbólico entre as famílias de moradores, geralmente denominado jóia, elemento que mantém a coesão do grupo acionando rituais de devoção (ALMEIDA, 1989, 176).

Leal. Dessa família é Daguemar Leal Filha, o Rodrigo, Maria do Rosário Leal e Raimundo Nonato Leal.

O sistema de parentesco tem centralidade na vida do grupo e perdura mesmo com mudanças na família, que se modifica e desfaz continuamente. Esses laços são representados por entrevistado *per se* como elo de uma história social. Lina do Socorro Leal identificou o seu “tio Baba, seu nome de verdade era Abelardo Leal, ele veio fugido da fazenda e veio dar em Bacabal”.

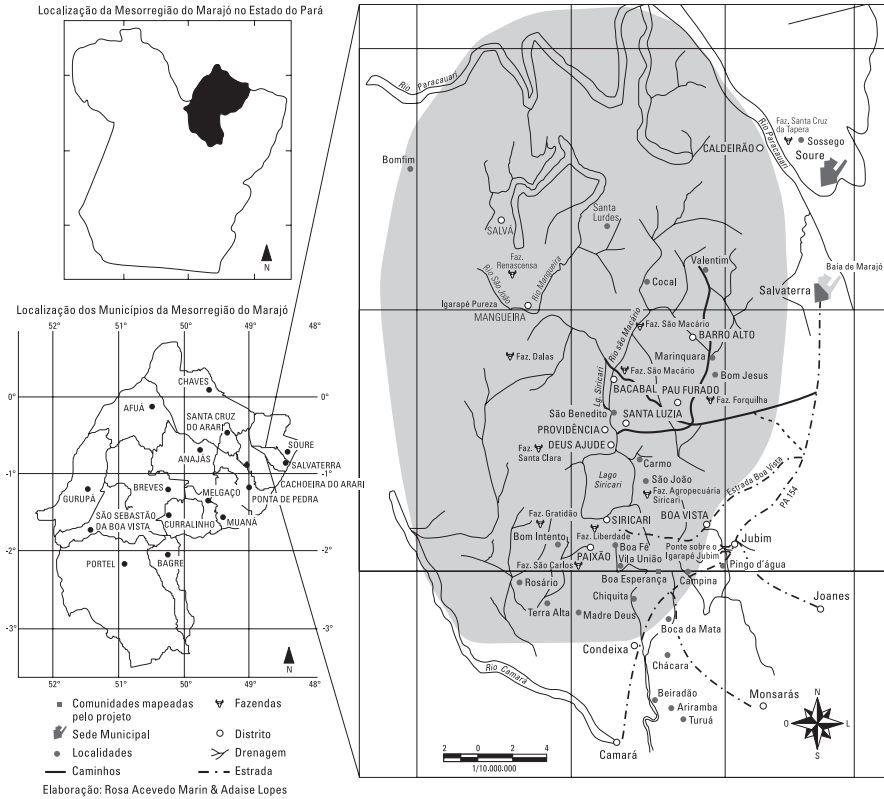
O território quilombola de Salvaterra é o mais densamente povoado desse município, considerando-se os núcleos fora da sede (ver mapa). O levantamento de povoados realizados na pesquisa indica que esse segmento corresponde a 38% da população classificada como rural. Entretanto, esse grupo étnico é maior pelas indicações posteriores à pesquisa. A categoria rural e urbana demonstra ser pouco elucidativa de seus processos de deslocamento para a sede como estratégia de uso de serviços urbanos (escola, saúde, emprego temporário, vida social). Algumas famílias instalam a segunda casa na cidade e devem enviar seus filhos para estudar ou trabalhar. Outros compartilham da vida de filhos que residem em Salvaterra, tornando alguns bairros e ruas uma extensão do território quilombola. Dessa maneira, as relações entre os povoados e a cidade são muito dinâmicas, incluindo nesse universo a sede municipal e bairros de Belém (Telégrafo, Sacramenta, Tapanã).

O assentamento mais populoso é Caldeirão, o mais atingido pelo avanço da cidade, isto é, por interesses econômicos que põem em marcha a especulação sobre os terrenos e a expulsão dos quilombolas. As lideranças do povoado interpretam a “invasão São Veríssimo”, organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores¹¹ como um “jogo, pois ocupam de dia e de noite voltam às suas casas com apoio do prefeito e do Incra, eles não são lavradores”. Dessa ocupação resulta um problema complexo para as demandas do grupo, que tem retomado a organização e se aproxima do Conselho das Associações das Comunidades Quilombolas do município de Salvaterra para enfrentar as ameaças.¹² Ainda os terrenos estão sendo

¹¹ Em setembro de 2004 foi criado o acampamento Terra Livre Padre Antônio Vieira, que reúne 160 famílias em parte das terras da fazenda São Veríssimo.

¹² O Conselho reúne 13 Associações de Quilombolas do Município. Em 2007, cumpriu uma agenda de discussões sobre o território quilombola em cada povoado. Atualmente tem uma sede na cidade de Salvaterra. Este Conselho dirigiu documentos de denúncia sobre as cercas aos ministérios do Meio Ambiente, Justiça, Ministério Público do Estado, Grupo Regional de Patrimônio da União e à recém-criada Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT (criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006) com a finalidade de coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo a Coordenação desse Conselho, não obtiveram resposta dessas instâncias.

Representação do Território Quilombola no Município de Salvaterra, Ilha de Marajó



ocupados por bares, pousadas,¹³ comércios e o frigorífico São Francisco. A abertura e pavimentação da Estrada PA-154 provocaram essa avalanche de indivíduos interessados nos terrenos. As fazendas São Judas Tadeu e São José levantaram suas cercas e dois sítios, “Mariana e São Francisco”, ocupam a área. As famílias que resistem buscam terras para plantar no Bairro Alto e Pau Furado. Seu percurso diário é tomar o atalho dos “antigos”, atravessando o igarapé Clarindo. Caldeirão e Vila União-Campina foram profundamente modificadas com a construção da estrada, mas pode ser uma interpretação apressada pensar que essa intervenção nega o território quilombola e que estaríamos diante o avanço do modo de vida urbano. Em ambos os povoados a maioria identificou-se como ocupação “na roça”, apesar de terem comprometidas as condições reais de acesso às terras de cultivo.

¹³ O movimento de abertura de pousadas é favorecido pela proposta turística para a ilha de Marajó. Em pouco tempo aumentaram esses negócios e hoje estão em funcionamento as pousadas Recanto do Sol, da Loura, Arauaque, Suíço e Canto dos Pássaros.

O povoado de Bairro Alto está fechado pela Fazenda Forquilha (conhecida como fazenda do Americano) e a Estação Experimental da Embrapa. Bairro Alto, Bom Jardim, Campo Alegre, São Roque e São Luis correspondem a terras herdadas. Bom Jardim, como já mencionado, constituiria uma doação de terras do imperador dom Pedro I a Miguel Antonio Sapucaia por seus serviços. Outro grupo de famílias reconhece sua herança no sítio São Luís.

As ocupações e os títulos existentes são ignorados pelos que têm grilado as terras e “fabricado” documentos de terra nos cartórios locais. Nesses anos, ocorreu o avanço das cercas dos fazendeiros sobre suas terras e perda de território que os obriga a negociar a abertura das roças na fazenda, pagando com a abertura de pastos. As transações de terras, que ocorreram nas décadas de 1960 e 1980, têm mantido as famílias sob tensão. De um lado, enfrentam problemas com a área da antiga Fazenda Paraíso, que teria sido adquirida pelo Ministério da Agricultura e, posteriormente, ficou sob controle da Embrapa, que ali estabeleceu a Estação Experimental. E, do outro, mantêm um conflito de longa data com os donos da Fazenda São Macário e, mais recentemente, desde 1984, com os que se denominam donos da Fazenda Forquilha. Um dos entrevistados indicou que as negociações de 1987, com o “Americano” os deixaram praticamente sem terra. As situações conflituosas revelam-se no dia-a-dia, quando foram impedidos de caçar e de plantar, interdição ainda vigente. Algumas famílias submetem-se a pedir autorização dos “feitores” e negociam o cultivo de uma pequena extensão, entre uma e três tarefas. A privação e a série de interdições são realizadas sobre uma terra que está integrada à noção de herança. Um dos problemas desses herdeiros é apresentar as provas que a sociedade, apoiada em normas jurídicas do direito agrário, focaliza sobre a existência de uma escritura como base verídica do reconhecimento do usufruto de bens patrimoniais por venda, compra, herança, aluguel e cessão (Acevedo Marin, 2004, p.90). A maioria desses procedimentos não é compatível com os processos de territorialização desses grupos e suas situações sociais. Como demonstrar a existência de uma doação do imperador dom Pedro I a Miguel Antonio Sapucaia?

Caldeirão, Vila União, Campina, Bacabal e Bairro Alto revelam formas diferenciadas de conflitos pelo controle da terra e dos recursos que ameaçam o território e a reprodução material e social do grupo. Paixão, Pau Furado, Boa Vista, Deus Ajude, Salvá, Siricari, São Benedito da Ponta, Santa Luzia, Mangueira e Rosário experimentam conflitos e tensões que poderão ser superados com a titulação coletiva.

A burocracia dos órgãos responsáveis pelas políticas fundiárias no Brasil tem funcionado no sentido contrário das necessidades dos grupos quilombolas. Demoras nos processos, ambigüidade na definição legal, retorcidas interpretações dos textos legais contribuem para fazer da titulação coletiva uma luta infundável. Após a audiência pública acima citada, a Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, criou por meio

de decreto de 26 de julho de 2006 o Grupo Executivo Interministerial para acompanhar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Arquipélago de Marajó, bem como elaborar plano de desenvolvimento sustentável em articulação com a sociedade civil e os governos estadual e municipal, e dá outras providências. Entre os representantes de Ministérios não se encontra a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir). Contudo no parágrafo 1, do art. 3 explica que:

o Grupo Executivo poderá contar com a participação de representantes de outros órgãos federais, estaduais e municipais, entidades públicas ou organizações da sociedade civil, para participar das reuniões, mediante solicitação de seu coordenador.

Entretanto, depois de quase dois anos, essa convocação não foi feita à Coordenação das Associações de Quilombolas do município de Salvaterra ou outra representação do movimento dos quilombolas no estado, como a Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará (Malungu) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa).

O primeiro relatório apresentado pelo Grupo é totalmente omissos em relação aos grupos quilombolas da ilha e adota uma linha de generalizações sobre a realidade fundiária da ilha de Marajó. Ignora posições e denúncias expressas na Audiência Pública e em outros documentos encaminhados pelo grupo. Dessa forma, é difícil considerar que suas recomendações contribuam para a titulação coletiva, para reduzir a violência das cercas. Nesse ínterim, mais dezenove quilômetros de cercas elétricas foram levantadas no município de Salvaterra.

As arbitrariedades e desrespeitos na ilha de Marajó estão sendo cada vez mais conhecidos, contudo as medidas para freá-los são insuficientes. O sr. Teodoro Lalor de Lima, membro da Associação Quilombola do Rio Gurupá, município de Cachoeira do Arari, foi vítima, pela terceira vez, em outubro de 2007, de prisão arbitrária e aponta o fazendeiro como autor. Há anos este vem provocando danos e afrontas às famílias do povoado. A resistência do sr. Lalor, há mais de dezoito anos, assim como das famílias que foram remanejadas dos igarapés e lagos à margem direita do rio Arari para a parte das terras do rio Gurupá, poderá ser coroada com êxito se a titulação coletiva ocorrer e garantir a recuperação do antigo território. Esse processo mudará, minimamente, as regras do poder dos fazendeiros da ilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, os quilombolas estão no centro de um debate recente, de processos de emergência de uma identidade coletiva. Se, na atualidade, grupos de agentes sociais se autodenominam quilombolas, isso constitui um

posicionamento como sujeitos, para acessar direitos territoriais e étnicos. A Constituição Federal de 1988 contemplou o direito à diferença e incluiu no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) a titulação coletiva como modalidade de apropriação formal das terras destinadas aos remanescentes de quilombos¹⁴ (Almeida, 2005). Nesse tempo, observa-se o acúmulo de debates, lutas em várias frentes, revelando dimensões combinadas – política, jurídica, social, ideológica, acadêmica. Novos marcos dos direitos quilombolas foram erigidos sob pressões e demandas do movimento quilombola. Os arts. 215 e 216 da Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT, o Decreto n. 4887 de 20 de novembro de 2003 e, ainda como política pública, o “Programa Brasil Quilombola”, são espaços de reconhecimento de direitos para esses grupos.

Não obstante esses avanços, salientados entre 1996 e 2000, o intervalo de 2003 a 2007 mostra um processo de estancamento no tocante à titulação das terras quilombolas, praticamente paralisada. A manifestação “Ato em Defesa dos Direitos Quilombolas”¹⁵ teve como reivindicações:

Afirmar e divulgar a base legal que fundamenta os direitos quilombolas; informar sobre os processos de titulação das terras quilombolas; ampliar o acesso a informações sobre as políticas públicas para esse segmento; defender os Direitos Quilombolas e apoiar o Decreto n. 4887 de 2003.

Hoje, para o movimento quilombola, a questão é divulgar, abrir o debate sobre os empecilhos aos processos de reconhecimento de direitos e encontrar mecanismos políticos de enfrentá-los, de elaboração de políticas públicas dirigidas aos grupos quilombolas no Brasil. Essas compreendem o conjunto da “política étnica” do governo e suas tendências no período 2003-2007. Em nível nacional, o estado do Pará é destacado por ter titulado o maior número de territórios, sem se analisar os motivos pelos quais experimenta profunda reversão da proposta que armou a propaganda de avanço político em matéria de direitos territoriais para os quilombolas. Diversos processos mostram uma excessiva demora, como ocorre com a titulação coletiva do território de Cacao, no município de Colares, que tem enfrentado os atos autoritários da Empasa, extratora do açaí e o vaivém do processo no interior da burocracia do Incra e Iterpa.

Almeida (2005) analisa que essa política étnica caracteriza-se por ações pontuais, dispersão e ainda subordinação a outras políticas governamentais, como a política agrária, políticas de educação, saúde, habitação e segurança

¹⁴ O art. 68 das ADCT determina que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade privada definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

¹⁵ Ato realizado em 25 de setembro de 2007 no Plenário 2 da Câmara dos Deputados promovido pela “Frente de Promoção da Igualdade Racial e Frente Quilombola” com apoio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Negras Rurais – CONAQ.

alimentar, às quais se somam outras, classificadas no âmbito “da cultura afro-brasileira”¹⁶ que mostram pouca eficiência na aplicação dos recursos (Almeida, 2005, Inesc, 2008).

Nessa linha se propõe, primeiro, analisar a atuação da burocracia do estado, os grupos de poder que levantam obstáculos à titulação das terras quilombolas; segundo, as categorias de análise elaboradas para compreender os processos de territorialização e de identidade coletiva.

A diversidade dos processos de territorialização (terras de preto, mocambos, comunidades negras rurais) evidencia a pluralidade de categorias de uso na vida social que demandam reconhecimento. Quilombos e quilombolas como formas de identidade coletiva e de organização política objetivam-se como movimento social no Brasil contemporâneo. A questão central é onde esbarra o reconhecimento dos direitos territoriais e étnicos desses grupos. Grupos dominantes da elite têm-se mostrado céleres e eficientes para coagir esses processos encontrando apoio na tecnoburocracia do Estado. Essas terras figuram nos planos de expansão do agronegócio, da mineração, da pecuária extensiva, dos projetos de infra-estrutura. Por sua vez, em 2007, a mídia comprometida com empresas e grupos econômicos e políticos que se posicionam contra as reivindicações dos quilombolas desenvolve uma campanha contra as titulações, apostando na despolitização e rupturas no movimento.¹⁷

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, R. E. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. *Revista Estudos Econômicos*, v.15, n. especial, p.153-67, 1985.
- . *Campesinato étnico na ilha de Marajó: acesso, controle e qualidade dos recursos hídricos*. Belém: Unamaz/UFPa (março 2005). [Relatório da pesquisa do

¹⁶ O INESC em Nota Técnica de março 2008 analisa questões do orçamento financeiro do Programa Brasil Quilombola que “teve no período 2004/2007 um orçamento aprovado de R\$ 150,26 milhões, aplicando desse montante pouco mais do que R\$ 48,49 milhões (32,27%)”. Acrescenta que “O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela regularização das Terras Quilombolas, só conseguiu aplicar no período 2004/2007 cerca de 21,75% do orçamento autorizado para a pasta, que foi de R\$ 104,10 milhões. É certo que boa parte desse recurso se destinava ao pagamento de indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas, mas também é certo que cerca de R\$ 5,94 milhões deixaram de ser aplicados, entre outras coisas, na elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios quilombolas. No apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, deixou de ser aplicado R\$ 1,6 milhão”. No relativo ao “Programa Cultura Afro-Brasileira ficou numa posição ‘intermediária’ em relação aos dois anteriores, pois aplicou 69,53% dos R\$ 68,17 milhões orçados para os quatro anos. Pesaram aí o fato de não terem sido aplicados cerca de R\$ 2,19 milhões no fomento a projetos da cultura afro-brasileira nem os R\$ 15,60 milhões destinados no período 2004/2005 à implantação de unidades do Centro Nacional de Cidadania Negra”. (INESC. Nota Técnica N. 139, p.4.)

¹⁷ Ver o dossiê sobre esses atos no site: www.koinonia.org.br/oq/.

- projeto “Águas da Pan-Amazônia: institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias” (Unamaz/UFPA, CCB, CNPq), Belém, 2005.]
- . Herdeiros das terras de Deus Ajude, Salvaterra – Pará. Belém, Unamaz/SEJU/UFPA/NAEA. Set. 2006 [Relatório da pesquisa “Estudos e publicações sobre Grupos Negros no Pará”.]
- . *Roceiros de Paixão, nos limites da cerca, Salvaterra, Pará*. Belém: Unamaz/UFPA, out. 2004. [Relatório da pesquisa “Estudos e publicações sobre Grupos Negros no Pará”.]
- . *Terras de herança de Barro Alto: entre a fazenda da EMBRAPA e a fazenda do Americano, Salvaterra, Pará*. Belém: Unamaz/UFPA, set. 2005. [Relatório da pesquisa “Estudos e publicações sobre Grupos Negros no Pará”.]
- . Uso e condições de acesso e controle de recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (ilha de Marajó), Pará. Seminário Internacional Águas da Pan-Amazônia. Institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias (Belém, de 2 a 4 de março de 2005). *Anais...* Belém: Unamaz/UFPA, CNPq, NAEA, NUMA. 45p.
- ; NOGUEIRA, C. Os quilombolas de Salvaterra, ilha de Marajó: processo de territorialização e acesso aos recursos naturais. In: ARAGÓN, Luis E. *População e Meio Ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombolas e a base de lançamentos de foguetes de Alcântara. Laudo antropológico. Brasília, Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2006. 2 v.
- . Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *Cadernos do NAEA*, Belém: UFPA-NAEA, n. 10, p.163-96, 1989.
- ; SPRANDEL, A. *Palafitas do Jenipapo: uso comum das águas e conflito*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BAENA, A. L. M. *Ensaio corográfico sobre a Província do Grão Pará*. Brasília: Ed. do Senado Federal (1839), 2004.
- GOMES, F. *A hidra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII e XIX). São Paulo: Editora UNESP/ Polis, 2005.
- GOVERNO Federal. Grupo Executivo Interministerial. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó. Arquipélago do Marajó. Versão Preliminar. Resumo Executivo. Brasília: Distrito Federal, 2007, 23p.
- INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica. n.139. Orçamento 2008. Quilombola: entre o previsto e o gasto. Março 2008. (<http://www.inesc.org.br>. Acesso em: 9.5. 2008.)
- LOPES, P. R. de C. Aldeias, Missões Religiosas e Diretório: intercâmbios políticos, econômicos, culturais e ambientais. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka Tatu, 2006.
- MARTINS, F. A concepção de Missão no Projeto da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no século XVII. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka Tatu, 2006.
- MEGGERS, B.; DANON, J. Identification and Implications of a hiatus on the archeological sequence on Marajo island, Brazil. *Journal of Washington Academy of Sciences*, v.78. n.3, p.245-53, 1988.

- NOGUEIRA, C. da S. Território de pesca no Estuário Marajoara: comunidades negras rurais e conflito no município de Salvaterra (Pará). Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA Belém, agosto, 2005.
- RAVENA, N. Maus vizinhos e boas terras: idéias e experiências no povoamento do Cabo Norte – século XVIII. In: GOMES, Flavio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém, Editora Universitária: UFPA, 1999..
- ROOSEVELT, A. As sociedades complexas indígenas na Amazônia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992.
- SALLES, V. *O negro no Pará*. Sob o regime da escravidão. Fundação Getúlio Vargas/ Universidade Federal do Pará, 1971.
- SOARES, E. C. L. A ilha dos Nheengaiabas: alianças e conflitos nas vilas do Marajó (séculos XVIII e XIX). In: COELHO, M. C.; GOMES, F. dos S.; QUEIROZ, J. M.; MARIN, R. E.; PRADO, G. (Orgs.). *Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: Unamaz, 2005.
- VERISSIMO, J. *Estudos Brasileiros* (1ª. Serie) Pará, 1889.
- VIANNA, A. CATÁLOGO nominal dos posseiros e sesmarias. *ANNAES da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Belém: Biblioteca e Arquivo Públicos, 1904. t.3.